



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo: Fundamentos do Serviço Social; Ênfase: Formação Profissional)

A Formação Profissional em Serviço Social nos cursos presenciais: particularidades da realidade paranaense

Melissa Ferreira Portes¹
Luciene Aparecida Barreiros²
Thaís Fernandes Ferreira³
Natália Cristina Figueiredo⁴
Maria Clara Richter de Oliveira⁵

Resumo: O artigo tem por objetivo apresentar um mapeamento dos cursos presenciais de Serviço Social no Brasil, com ênfase na realidade paranaense. Trata-se de pesquisa documental, através do levantamento e mapeamento das escolas que oferecem o curso de Serviço Social no Brasil por meio de consulta de dados disponibilizados pelo sistema e-MEC e dos dados do Censo da Educação Superior no Brasil de 2017. É possível identificar o perfil privatista da formação centrada no ensino. Dessa forma, vai se consolidando uma formação acrítica, despolitizada que fragiliza a produção do conhecimento e o investimento na educação pública.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Ensino Superior; Paraná.

Abstract: The purpose of this article is to present a mapping of presential social work courses in Brazil, with emphasis on the reality of Paraná. It is a documentary research, through the survey and mapping of the schools that offer the Social Service course in Brazil through consultation of data provided by the e-MEC system and the data of the Census of Higher Education in Brazil in 2017. It is possible identify the privatization profile of education centered on education. In this way, an uncritical and depoliticized formation is consolidated, which weakens the production of knowledge and investment in public education.

Keywords: Social Work; Professional qualification; Higher education; Paraná.

¹ Docente do Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina-Pr. Doutora em Serviço Social e Política Social. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Trabalho Profissional- GEFORT. E-mail: < melissaportes2010@gmail.com >

² Assistente Social. Estudante de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Profissional em Serviço Social-GEFOR. E-mail: < lucienebarreiros@gmail.com >

³ Assistente Social. Especialista em Serviço Social Serviço Social na Sociedade Contemporânea. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Profissional em Serviço Social-GEFOR. E-mail: < thaisfernandes.ss@hotmail.com >

⁴ Assistente Social. Estudante do curso de Gestão Pública e do curso de especialização em Serviço Social Serviço Social. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Trabalho Profissional- GEFORT. E-mail: < naatifigueiredo@outlook.com >

⁵ Estudante do curso de graduação de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Profissional em Serviço Social-GEFOR. E-mail < mahrichter12@gmail.com >



INTRODUÇÃO

O artigo tem por objetivo apresentar um mapeamento dos cursos presenciais de Serviço Social no Brasil, com ênfase na realidade dos cursos ofertados no Estado do Paraná.

A proposta decorre dos resultados de pesquisas realizadas por dois grupos de pesquisa que têm por objeto de estudo a formação profissional, desenvolvidos em uma universidade estadual do Paraná. Os projetos desenvolvem uma pesquisa cruzada, uma vez que trabalham com a mesma base empírica, qual seja: estudar e analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, na modalidade presencial, no estado paranaense.

As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas utilizam em seu percurso metodológico, três passos: Revisão de literatura, pesquisa documental e pesquisa de campo envolvendo sujeitos. As atividades foram iniciadas no ano de 2017 e até o presente momento foi possível concluir a primeira fase que realizou o levantamento da produção do conhecimento em Serviço Social sobre formação profissional, buscando identificar como tal formação vem sendo debatida e compreendida e evidenciar as tendências expressas na formação profissional em relação ao ensino do trabalho profissional.

O segundo passo metodológico, que está em curso, trata-se da pesquisa documental, através do levantamento e mapeamento das escolas que oferecem o curso de Serviço Social no Brasil por meio de consulta de dados disponibilizados pelo sistema e-MEC e dos dados do Censo da Educação Superior no Brasil de 2017.

Nesse artigo, os resultados da segunda fase serão apresentados. Para a exposição das sínteses construídas, o texto será organizado em três momentos: primeiro apresentando a situação do ensino superior no Brasil; em seguida, a realidade dos cursos de Serviço Social no contexto nacional e, por último, a condição dos cursos de Serviço Social no Estado do Paraná.

2 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: perfil privatista e mercantil

Para compreender as inúmeras mudanças que envolvem a trajetória histórica do ensino superior no Brasil e o seu intenso processo de mercantilização, torna-se



fundamental, *a priori*, considerar as transformações políticas e sociais que o neoliberalismo imprimiu junto a essa política social, assim como o processo de inovação tecnológica e seu impacto no mundo contemporâneo e os projetos educacionais em disputa no interior da sociedade capitalista.

O ensino superior público brasileiro vem passando por diversas mudanças ao longo do tempo e, nas últimas décadas, essas transformações se acentuaram e modificaram a forma e estrutura da política educacional no país.

As reformas universitárias no Brasil carregam as marcas do período ditatorial, a exemplo da reforma universitária de 1968 instituída pelo governo ditatorial militar, que foi regida por dois princípios fundamentais: o controle político das universidades públicas brasileiras e a formação de mão de obra para economia. A Lei 5540, de 28 de novembro de 1968 possibilitou o aumento das matrículas em instituições de ensino superior, principalmente em estabelecimentos de iniciativa privada, propagando, neste contexto, a ideia de educação como negócio.

Já na década de 1980 se por um lado tem-se a conquista da Constituição Federal de 1988, que assegura no artigo 225 a educação como direito de todos e dever do Estado, por outro, a crise econômico-financeira evidenciada no Brasil, provocou cortes nos investimentos públicos em relação às políticas sociais como um todo, em especial, na política educacional. Forja-se, portanto, neste contexto um Estado estruturado em um modelo neoliberal, no qual a desresponsabilização estatal se manifesta de forma mais ampliada e contundente.

Esse processo se acirra na década de 1990 do século passado, onde se faz mister destacar a forte influência dos Organismos Multilaterais e sua relação com o ensino superior brasileiro. Como afirma Rosa (2014, p. 6):

Para esta lógica perversa do mercado capitalista, a globalização impõe a criação de novas instituições internacionais que possam se encarregar além das políticas econômicas, das políticas educacionais tendenciosas para o ensino superior, surge então os Organismos Multilaterais para designar a pauta de “prioridade” de cada governo.

Importante ressaltar do mesmo modo, que com a reforma do Estado idealizada pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado -MARE- (1995), no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), explicitou-se a intenção de redefinir as esferas pública e privada através do surgimento de um novo conceito, o de “público não-estatal”. Com efeito, houve uma expansão do ensino superior brasileiro, porém com o supracitado processo de mercantilização ocorreu de forma concomitante a uma considerável redução da qualidade e da eficácia do ensino.



A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996) abre a política educacional para a perspectiva mercantil . Segundo Oliveira (2015, p.75):

[...] decretando a diversificação das IES, bem como do seu financiamento, a fragmentação e enxugamento dos currículos (substituição de currículo mínimo por diretrizes curriculares), privatização indireta (venda temporária da força de trabalho e dos serviços executados em universidades públicas), perda de autonomia financeira, expansão massiva do ensino privado, incentivo à abertura de cursos sequencias e a distância, reduções orçamentárias e a precarização das unidades de ensino público.

No governo Lula da Silva, de acordo com Ferreira (2012) houve muito mais continuidade do que rupturas em relação às políticas para a educação superior estabelecidas no governo FHC. Em relação a esse período histórico a partir do decreto nº5.622 de 19 de dezembro de 2005 houve a consolidação dos cursos de graduação na modalidade EAD.

A respeito dos programas de financiamento estudantil afirmam Benatti e Mustafa (2016, p.149):

A lei 11.096/2005 que normatiza o Programa Universidade para Todos (PROUNI), além do Financiamento Estudantil (FIES)- expressão cabal do investimento público no mercado educacional privado erigido, e como finalidade, o lucro e enriquecimento dos empresários da educação, nos últimos anos.

No governo Dilma Rousseff no que se refere ao novo Plano Nacional de Educação o cenário se revelou promissor para o setor privado no financiamento da educação pública com o impulsionamento e a consagração das parcerias público-privadas.

Significativo pontuar também a expansão das instituições de ensino com fins lucrativos, ocorrendo no ano de 2007 o lançamento das ações dos grupos Anhanguera, Estácio, Dom Bosco e Pitágoras na bolsa de valores de São Paulo, todas controladas pela Sociedade Educacional Brasileira.

Segundo Rosa (2014, p.7) em 2013 os grupos Kroton e Anhanguera anunciaram a maior fusão do mercado mundial em educação com o número de um milhão de matrículas conforme informa a revista Ação Educativa.

Dados importantes do Censo da educação superior no Brasil referente ao ano de 2017 explicitam o processo de mercantilização da educação superior, em relação ao número de IES no Brasil.

Em relação à categoria administrativa das IES, observamos os seguintes dados: de um total de 2448 instituições, 296 (12,1%) são públicas e 2152 (87,90%) são privadas. É evidente o predomínio das instituições privadas na oferta do ensino superior no Brasil e a retração da oferta em IES públicas.

Em relação a organização acadêmica das IES observamos os seguintes dados: 199 (8,12%) Universidades sendo Pública 106 (4,33%) e Privada 93 (3,79%), 189 (7,72%) Centros Universitários sendo Público 8 (0,32%) e Privado 181(7,39%), 2020 (82,51%)



Faculdades sendo Pública 142 (5,8%) e Privada 1878 (76,71%), 40 (1,69%) IF e CEFET todos Públicos.

A respeito da organização acadêmica evidencia-se o predomínio das Faculdades privadas na oferta do ensino superior no Brasil.

Outro dado relevante é referente às matrículas por categoria administrativa com um total de 8.286.663, o número de 6.241.307 (75,31%) estão em IES Privadas e somente 2.045.356 (24,69%) estão em IES Públicas.

Em relação às matrículas ocorre um grande volume para as IES privadas, uma grande diferença é observada entre as categorias administrativas.

Se tratando do regime de trabalho dos docentes em exercício por categoria administrativa os dados informam que nas IES Públicas 146.551(85,58%) cumprem o tempo integral, 19.020 cumprem o tempo parcial e 5.660 são horistas, nas IES Privadas 54.886 cumprem tempo integral, 84.748 (40,46%) cumprem tempo parcial e 69.808 (33,33%) são horistas.

Observa-se um volume maior de docentes que cumprem tempo parcial e como horistas nas IES Privadas, o inverso é observado nas IES Publicas com um número maior de docentes em regime de trabalho em tempo integral.

A partir do exposto fica claro portanto que a educação torna-se rentável para os empresários da educação que apostam na massificação da oferta de cursos para atender a demanda de clientes em potencial, afirmando, por vezes, tal posicionamento a partir de um discurso deturpado de “democratização da educação” e juntamente com o processo intencional de sucateamento da educação pública e gratuita , onde a mesma passa de direito à mercadoria com o aval e incentivo do Estado.

Como consequência, os impactos para a formação profissional e para a ciência são devastadores, uma formação aligeirada, tecnicista, voltada para atender exclusivamente os interesses do mercado, a intensificação da precarização do trabalho docente, desconsiderando, portanto, a função social da educação na sociedade contemporânea.

3 O CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NA MODALIDADE PRESENCIAL

A oferta dos cursos de Serviço Social também se materializa nesse panorama de expansão, privatismo e mercadorização da educação.

Os dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2017) expressam essa tendência. Das 364 IES que oferecem o curso de Serviço Social no Brasil, 58 são ofertados



em IES públicas e 306 em IES privadas. O que permite afirmar que 84% dos cursos são ofertados pela iniciativa privada.

Num total são 451 cursos oferecidos nas duas modalidades -presencial e EAD. Sendo 72 cursos ofertados em IES públicas e 379 em IES privadas.

Desse total, 418 cursos de Serviço Social são ofertados na modalidade presencial, sendo 71 em IES públicas e 347 de IES privadas.

Se o número de matrículas for levado em consideração, tem-se no ano de 2017, em ambas modalidades, um total de 153.548, sendo 17.747 matrículas em IES públicas e 135.801 em IES privadas. Predominando, como pode-se evidenciar as matrículas em IES privadas, abrangendo aproximadamente 88%. É importante destacar que houve um decréscimo do número de matrículas. Em 2015, O Censo da Educação Superior no Brasil indicou 172.569 e em 2016, 164.691.

Em relação à organização acadêmica e categoria administrativa das IES que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade presencial, tem-se: 86 Universidades Privadas, 65 Universidades Públicas, 76 Centros Universitários privados, 185 faculdades privadas, 4 faculdades públicas, 01 Instituto Federal, 01 Centro Universitário público.

Os dados coletados permitem tecer uma análise do perfil formativo dos assistentes sociais no Brasil, na modalidade presencial, demonstrando que tal formação está nas mãos da iniciativa privada, prioritariamente sendo ofertada por Faculdades, que totalizam aproximadamente 45% em relação ao total das IES.

Com isso, alguns desafios se colocam na formação dos assistentes sociais brasileiros. A categoria profissional e suas entidades representativas, têm, através de um esforço coletivo, buscado forjar e garantir um projeto de formação profissional que possibilite o desenvolvimento de uma competência teórico-analítica para a construção de respostas interventivas para as demandas que se apresentam socialmente aos mais diversos campos ocupacionais do assistente social.

Uma formação que não atenda, somente, às exigências do mercado de trabalho, embora não se possa delas prescindir, mas que possibilite ao futuro profissional colocar em movimento um conjunto de conhecimentos, saberes, habilidades e competências que lhe permita construir uma análise crítica dos processos sócio-históricos e situe o trabalho profissional a partir das determinações econômicas e políticas.

Para isso, a formação profissional precisa ter rigor teórico e investigativo. A expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil ofertados, principalmente, em faculdades, coloca em risco uma formação com diretrizes e princípios que priorizem a pesquisa.

Esse quadro deve ser considerado ao se debater a formação profissional de assistentes sociais, pois um projeto de formação profissional não deve ser pensado dissociado da realidade. Isto não significa pensar numa "adaptação" para reforçar os interesses mercantis. No entanto, problematizar a direção da formação, bem como



seu projeto formativo, deve considerar esse determinante econômico. Se um dos princípios para a formação, afirmados nas diretrizes curriculares, é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como garantir a articulação deste tripé, uma vez que a prevalência das IES que ofertam o curso de Serviço Social é de serem faculdades privadas? Como faculdades, legitimadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), não possuem obrigatoriedade em desenvolverem pesquisa. Essa questão leva à segunda tendência: a *centralidade no ensino*. Com forte influência e orientação das agências internacionais, sobretudo do Banco Mundial, ocorre uma mudança no perfil das IES, através de maior diferenciação institucional. Assim, com a criação de instituições não universitárias, consideradas onerosas e pouco sensíveis às necessidades do mercado, reorganiza-se a estrutura triplamente articulada entre ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, diferencia-se as IES entre as que fazem pesquisa e IES que concentram suas atividades no ensino. (PORTES & PORTES, 2017, p. 22)

Se por lado, pretende-se a formação de assistentes sociais que se tornem analistas de seu tempo e do movimento histórico, por outro, a profissão vem enfrentando ataques cotidianos ao seu projeto de formação que se coloca na contramão da lógica operacional da Universidade, impressa pela perspectiva mercantil da política educacional.

Aliado a esse desafio está a precarização das condições de trabalho dos docentes, em especial, dos que atuam nas faculdades privadas. São, em sua grande maioria, contratos temporários, precários, onde predomina a figura do professor horista, uma vez que há a concentração das atividades de ensino nessas IES. Realidade essa que não é exclusiva das faculdades privadas, ainda que nelas isso se acirre, pois, as universidades públicas também têm sido afetadas pela lógica gerencial e pela precarização das condições de trabalho e de ensino. A autonomia universitária reduzida e implementação de práticas que aprofundam o individualismo e a competição entre os docentes são marcas da precarização e do sucateamento da educação pública.

Um outro ponto é o perfil socioeconômico dos estudantes que procuram o curso de Serviço Social. A maioria desses estudantes está matriculada em instituições privadas do ensino superior, incentivadas também pela possibilidade de ingressarem pelo sistema de programas de financiamento, o que já coloca um grande desafio, qual seja: o da permanência estudantil. O ingresso dos estudantes no ensino superior, por si só, não garante a sua permanência e, posteriormente, a conclusão do curso. A evasão dos estudantes é uma questão central que também precisa ser investigada. As políticas de assistência estudantil nas IES, quando existem, apresentam limitações, tanto em relação aos seus recursos financeiros quanto pedagógicos.

4 O ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ: particularidades do curso de serviço social



A lógica explicitada nos dados acima apresentados sobre o ensino superior no Brasil vem se mostrando presente na realidade do estado do Paraná. Com base nos dados apresentados pelo Censo de Educação Superior (BRASIL, 2017) é possível tecer uma análise sobre como essa lógica reflete na realidade paranaense.

O número de Instituições de Ensino Superior (IES) são 189, das quais 176 (93,12%) são instituições privadas, enquanto somente 13 (6,88%) são públicas.

Quanto a organização acadêmica nas instituições privadas, há um predomínio 156 (88,64%) de faculdades, 15 (8,52%) Centros Universitários e 05 (2,84%) de Universidades. Realidade que se explicita diferente nas instituições públicas a qual predomina Universidades 10 (76,93%), Centros Universitários 01 (7,69%), IF e CEFETs 01 (7,69%) e Faculdades 01 (7,69%). O número de matrículas obedece a mesma lógica, sendo 379.440 (73,06%) em IES privadas e 139.958 (26,94%) em IES públicas.

Os dados acima apresentados revelam que o ensino superior paranaense, predominantemente, está sob o domínio da iniciativa privada, o qual apesar de ter aumentado o número de centro universitários de 08⁶(4,65%) no ano de 2015 para 15 (8,52%) em 2017 e as faculdades terem diminuído de 159 (92,44%) em 2015 para 156 (88,63), ainda há uma predomínio da organização em faculdades.

Portanto, estes dados reafirmam o que Sguissardi (2004) aponta, não há um modelo de ensino superior brasileiro, existe na verdade uma dualidade ou superposição de modelo, no qual do ponto de vista quantitativo se sobressai o modelo neoneapolitano, mas em termos qualitativos se sobressai o modelo neo-humboldtiano.

O primeiro modelo se configura pela ausência de estrutura de pesquisa e pós-graduação stricto sensu, a maioria dos docentes tem regime de trabalho de tempo parcial ou horistas, sem qualificação pós-graduada que habilite para pesquisa, há um isolamento das unidades, que por vezes são agregadas apenas formalmente e a dedicação dessas instituições, são quase que exclusivamente voltadas para atividades de ensino e a formação de mão de obra para o mercado de trabalho (SGUISSARDI, 2004).

Esse modelo se expressa principalmente nas IES privadas, contudo, não cabe generalizações, pois em algumas Universidades privadas existem estruturas de pesquisa, extensão e pós-graduação. Porém, como os dados mostraram, há uma prevalência da organização de IES em faculdades e a marca dessas é de focar atividades de ensino.

Enquanto o modelo neo-humboldtiano, ao contrário, predomina presença de estruturas de pesquisa e produção científica, pós graduação stricto sensu consolidada, há presença majoritária de docentes em regime de tempo Integral e com qualificação pós-graduada que habilite para pesquisa, existe a integração das unidades em torno de projetos

⁶ Sendo que o total no ano de 2015 era de 172 IES privadas (BRASIL,2015).



comuns de ensino e pesquisa, associação do ensino, pesquisa e extensão em diversos níveis, a estrutura administrativa e acadêmica é voltada para a formação de profissionais e também de pesquisadores na maioria das áreas de conhecimento (SGUISSARDI, 2004).

As IES que tendem a se aproximar ao modelo acima apresentado são as públicas, principalmente porque sua organização se destaca em Universidades, que propiciam espaços e possibilidades aos docentes e discentes em atividade de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, há de se observar e analisar em quais condições essas atividades estão sendo realizadas, pois devido ao advento de medidas de sucateamento das instituições públicas, diversos são os desafios que se colocam na luta e busca de garantir uma educação pública de qualidade.

A realidade do ensino superior no Brasil e no Paraná se expressa nos cursos de Serviço Social do Paraná, seja na lógica do aligeiramento quanto de intentos mercadológicos e privatistas que vem se acirrando nos últimos anos.

Sguissardi (2004) ressalta que a partir de 1990, se aproxima do modelo neoprofissional, heterônimo e normativo, evidenciando a expansão da lógica mercantil e privada na educação⁷, assim como o desmonte das instituições públicas devido a redução de financiamento e investimento público.

O número de instituições que ofertavam o curso de Serviço Social no ano de 2015 era 37, dos quais 29 (78,38%) eram privadas e 08 (21,62%) públicas. Já no ano de 2017 aumentou para 39 IES, sendo que 31 (79,48%) privadas e manteve 08 (20,51%) públicas. Dado que evidencia que o Paraná vem seguindo a lógica da expansão privatista.

O número de matrículas também aumentou nos últimos anos, em 2015 era 4.836, as quais 3.505 (72,48%) em IES privadas e 1.331 (27,52%) em IES públicas. Já em 2017, foram 5.146 matrículas, das quais 3.824 (71,31%) em IES privadas e 1.322 (25,69%) em IES públicas. Nota-se que os assistentes sociais, majoritariamente no estado do Paraná têm a formação em instituições privadas.

A pesquisa realizada no site do e-MEC, em dezembro de 2018, foi identificado que 31 IES ofertam o Serviço Social na modalidade presencial, das quais 21 (67,75%) são em instituições privadas e 10 (32,25%) em instituições públicas. As quais haviam 26 IES em funcionamento, sendo que as outras 05 estavam em processo de desativação ou mudando para modalidade Ensino à Distância. Das 26 IES sendo que 16 (61,54%) e IES privadas e 10 (38,46%) em IES pública.

Em pesquisa realizada no site do e-MEC, em março de 2016, identificou-se que havia 27 cursos na modalidade presencial em efetivo funcionamento (com turmas) oferecidos em 25 IES. Em relação à categoria administrativa das IES que ofertam os

⁷ Devido ao incentivo do Estado, o qual vem seguindo as orientações dos organismos internacionais.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

cursos presenciais de Serviço Social no Paraná, 68% (17 IES) são privadas e 32% (8 IES) são públicas. (PORTES, ALVES, 2017, p.150)

Analisando os dados de 2016 com os de 2018, nota-se que 01 IES privada deixou de ofertar o curso de Serviço Social e abriram dois novos cursos em IES públicas, o que evidencia um aumento de instituições públicas ofertando o curso. Contudo esses dados não muda a situação dos cursos de Serviço social que são oferecidas predominantemente em instituições privadas.

O mapeamento dos cursos de Serviço Social no Paraná, permitiu verificar que todos os cursos ofertados em IES públicas são em Universidades, enquanto nas IES privadas há um predomínio da oferta em Faculdade.

Em termos quantitativos, a partir da década de 1990, houve a expansão do Ensino Superior no Brasil, contudo esse crescimento está vinculado ao processo de privatização, por vezes, travestido pelo discurso de democratização do acesso à educação, que na verdade, tem desconstruído a educação pública brasileira.

Isso se evidencia no Paraná, pois até os anos 2000, havia apenas 05 cursos de Serviço Social no Estado, número esse que vem crescendo, somando 26 cursos em funcionamento em 2018 e outros 05 em desativação ou transformação em EAD. A expansão do ensino superior, portanto, também se explicita na realidade do estado paranaense, seguindo majoritariamente a lógica privatista da educação.

CONCLUSÕES

A política social de educação superior no Brasil vem se apresentando, nas últimas décadas, com um perfil privatista e expansionista atendendo aos interesses do capital financeiro que vem transformando a educação em um novo nicho de exploração

Os dados do Censo de Educação Superior (2017) revelam o empresariamento da educação na medida em que fica evidente o predomínio da oferta dos cursos de graduação, particularmente, do curso de Serviço Social, pela iniciativa privada e em faculdades, o que pressupõe a supressão do caráter universal e a subordinação da educação à lógica do mercado. Ameaça que se acirra ainda mais com o processo de aligeiramento dos cursos, através da modalidade à distância e semi-presencial.

A formação está centrada no ensino, com pouca ou quase nenhuma possibilidade de garantir o tripé ensino, pesquisa e extensão. A prevalência da contratação de professores horistas nas IES privadas é uma expressão dessa tendência.



Dessa forma, vai se consolidando uma formação acrítica, despolitizada que fragiliza a produção do conhecimento e o investimento na educação pública. A educação virou balcão de negócios a partir da parceria público-privado, onde se identifica o investimento do Estado na iniciativa privada, potencializado as atividades lucrativas desse setor. Dissemina-se um discurso e uma lógica de que a privatização é a saída para resolver o problema de ineficiência do Estado em relação à política educacional, ancorando-se num falso discurso de democratização do ensino.

A realidade dos cursos de Serviço Social no Brasil e, particularmente, no Estado do Paraná, caminham na esteira da lógica privatista e mercantil, seguindo o modelo de expansão e aligeiramento do ensino superior brasileiro.

A disputa de projetos e interesses na política educacional se faz presente na formação dos assistentes sociais uma vez que a direção social e o projeto de formação do Serviço Social confrontam-se diretamente com a orientação neoliberal.

Dessa forma, é preciso continuar resistindo e lutando pela defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, ainda que nos marcos da sociabilidade burguesa. Entre os desafios que se colocam, estão a necessidade da oferta de mais vagas, qualificação e reposição do quadro de recursos humanos nas universidades públicas e a melhoria das condições de trabalho e ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Sueli de Fátima Ourique de. **Mercantilização do Ensino Superior: as conseqüências das mudanças produtivas para os docentes de ensino superior.** Tese de doutorado. UERJ, 2010.

BENATTI, Lucimara Perétua dos Santos, MUSTAFA, Patrícia Soraya, Privatização e precarização da política de educação superior no Brasil – impactos para a formação profissional em Serviço Social. In. **Temporalis**, n.32. Brasília,2016

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

FERREIRA, Suely. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília-DF, n. 36, p.455-472, maio/ago. 2012.

OLIVEIRA, Inaê Soares. A educação vai ao mercado: considerações sobre mercantilização do ensino superior brasileiro. **Universidade e Sociedade**, n. 56, Ano XXIV, n. 56, p. 72-83, ago. 2015.

PORTES, Lorena Ferreira. Alves, Jolinda de Moraes. A expansão do ensino Superior no Brasil: a particularidade dos cursos de Serviço Social no Paraná. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 19, n.2, p. 136 135-153, Jan/Jul. 2017.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

PORTES, Lorena Ferreira; PORTES, Melissa Ferreira. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios. In: **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro: 2o Semestre de 2017, n. 40, v. 15, p. 213-227.

ROSA, Francieli Nunes da. **A educação superior no Brasil: bem público ou educação-mercadoria?** X ANPED SUL, Florianópolis-SC, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arg_pdf/1411-0.pdf>

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (Orgs.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, p.33-52, 2004.